

PALESTRAS COMO PRÁTICAS ANTIRRACISTAS COM OS ALUNOS DO EJA DE UMA ESCOLA DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ, PARÁ.

Carmen Baião Gomes¹
 Guilherme Barros Lima ²
 Xaiene Cunha Almeida ³
 Thais Mendonça Franco⁴
 Lauren Maria Guedes Lira ⁵
 Bárbara Stephany Lima Amui⁶
 Bethânia Guedes Lira ⁷
 Lauany Silva de Medeiros⁸
 Milena Aguiar da Silva Gomes ⁹
 Jakson B. Gomes Aguiar ¹⁰

RESUMO

Este trabalho relata experiências sobre a educação para as relações étnico-raciais no contexto do Ensino de Jovens e Adultos (EJA). O objetivo principal foi vivenciar práticas antirracistas em uma turma do EJA. O estudo adotou uma abordagem qualitativa com nível de pesquisa descritiva exploratória. Inicialmente, foi realizada uma palestra abordando a lei 10.639/2003, o racismo na sociedade e a representatividade racial. Em seguida, uma roda de conversa foi conduzida para coletar dados. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo. Os resultados revelaram a existência de vivências de situações racistas entre alguns alunos, ressaltando a necessidade de abordar o tema do racismo com maior frequência na escola. Além disso, observou-se que os alunos não tinham plena compreensão das práticas antirracistas. Esses resultados destacam a importância de promover discussões e ações que favoreçam a conscientização e a transformação dessas realidades, visando à construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

Palavras-chaves: Racismo. Práticas Antirracistas e EJA.

¹ Acadêmico do 4º período do curso de Licenciatura Plena em Educação Física – UEPA E-mail: carmen.bgomes@aluno.uepa.br

² Acadêmico do 4º período do curso de Licenciatura Plena em Educação Física – UEPA E-mail: Guilherme.blima@aluno.uepa.br

³ Acadêmico do 4º período do curso de Licenciatura Plena em Educação Física – UEPA E-mail: xaiene.calmeida@aluno.uepa.br

⁴ Acadêmico do 4º período do curso de Licenciatura Plena em Educação Física – UEPA E-mail: thais.mfranco@aluno.uepa.br

⁵ Acadêmico do 4º período do curso de Licenciatura Plena em Educação Física – UEPA E-mail: lauren.mglira@aluno.uepa.br

⁶ Acadêmico do 4º período do curso de Licenciatura Plena em Educação Física – UEPA E-mail: barbaraamui36@gmail.com

⁷ Acadêmico do 4º período do curso de Licenciatura Plena em Educação Física – UEPA E-mail: betatuc@hotmail.com

⁸ Acadêmico do 4º período do curso de Licenciatura Plena em Educação Física – UEPA E-mail: Lauanymedeiros@gmail.com

⁹ Acadêmico do 4º período do curso de Licenciatura Plena em Educação Física – UEPA E-mail: miihaguiar93@gmail.com

¹⁰ Acadêmico do 4º período do curso de Licenciatura Plena em Educação Física – UEPA E-mail: jbaiaogomes12@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Atitudes racistas e preconceituosas permeiam o cotidiano de várias pessoas, independentemente de sua classe social ou condição, muitas vezes sem perceberem a extensão dos danos que o racismo causa à população negra (Seyferth, 2002).

Este estudo tem como objetivo geral investigar e compreender a percepção dos estudantes em relação à representatividade étnico-racial e ao racismo em uma turma de 1ª etapa do Ensino de Jovens e Adultos. Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: analisar a percepção dos estudantes sobre a representatividade étnico-racial na turma em questão, investigar as experiências dos estudantes em relação ao racismo no ambiente escolar e identificar a importância da representatividade étnico-racial e do combate ao racismo na criação de um ambiente escolar inclusivo.

As questões norteadoras que guiarão a pesquisa são as seguintes: Como os estudantes percebem a representatividade étnico-racial na turma de 1ª etapa do Ensino de Jovens e Adultos? Quais são as experiências dos estudantes em relação ao racismo no ambiente escolar? E qual é a percepção dos estudantes sobre a importância da representatividade étnico-racial e do combate ao racismo na construção de um ambiente escolar inclusivo? Essas questões serão exploradas para obter uma compreensão abrangente das percepções e vivências dos estudantes, contribuindo assim para a promoção da igualdade étnico-racial e a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo.

Victor de Jesus (2017) destaca que o racismo possui várias camadas e mecanismos simbólicos, sendo a construção de estereótipos raciais um aspecto relevante desse processo. A construção discursiva e simbólica que associa pessoas negras a características negativas é parte dessa dinâmica racial no Brasil.

É importante ter conversas com pessoas que não têm acesso à pesquisa ou mesmo com aquelas que ainda têm pensamentos racistas enraizados, justificando-os como parte de uma cultura transmitida de geração em geração.

Abordar práticas antirracistas, especialmente com jovens e adultos, é de suma importância para que compreendam que a luta contra o racismo não depende de ser negro, mas sim de colocar em prática a frase de Angela Davis: "Não basta não ser racista, é necessário ser antirracista".

O artigo será dividido em seções teóricas, abordando o objetivo e o impacto da Lei 10.639/2003, o racismo na sociedade, a representatividade negra e as práticas antirracistas.

A pesquisa realizada na escola pública teve como objetivo promover uma abordagem sobre o tema do racismo e práticas antirracistas. Para atingir esse objetivo, foram realizadas uma palestra e uma roda de conversas com alunos e professores. A participação ativa dos alunos e professores, por meio de seus relatos, foi de extrema importância para enriquecer e dar continuidade a esta pesquisa.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 LEI 10.639/2003

A Lei nº 10.639/2003, objeto de estudo deste trabalho, representa um marco importante na história do Brasil ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. Essa legislação tem como objetivo principal promover a valorização da cultura negra e combater o racismo estrutural que permeia nossa sociedade. Além disso, é fundamental compreender a relação entre essa lei e os movimentos sociais, em especial o movimento negro afro-brasileiro, que há décadas vem lutando por igualdade e reconhecimento de seus direitos. Neste contexto, este estudo busca elucidar o significado da Lei 10.639/2003 e explorar as lutas históricas dos movimentos sociais, oferecendo uma análise crítica e reflexiva sobre seu impacto na educação e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A compreensão dessa lógica do sistema-mundo é fundamental para desconstruir a hegemonia dominante. Desde o início, o conhecimento tem sido uma poderosa ferramenta de transformação, mas sempre foi negado ou controlado para os grupos periféricos do sistema-mundo (Costa, 2023).

Para compreender o processo de construção da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em todas as escolas do país, é importante considerar que essa conquista foi possível, em grande parte, devido às articulações estabelecidas a partir dos anos 1980 entre setores do movimento negro brasileiro e as diferentes instâncias e organizações do Estado nos âmbitos municipal, estadual e federal, bem como com partidos políticos e organizações da sociedade civil (Pereira, 2017).

Os avanços e conquistas recentes do movimento negro como a própria criação da lei nº 10639/2003, são evidentes, assim como são muito evidentes desafios para que a implementação dela seja de fato realizada nas escolas brasileiras (PEREIRA 2016)

A implementação dessa lei dentro das escolas foi e é tão importante tanto para os professores quanto para os alunos, saber, estudar e falar sobre assuntos raciais seja ele qual for é necessário para que haja professores qualificados para saber se portar em frente a algum caso de racismo ou até mesmo passar algumas atividades sobre essa temática para seus alunos, e é importante para o aluno desde sempre já estar envolvido nesse assunto.

"Integrar culturas é seguir por um caminho “pedregoso”, porém não intransponível. O propósito neste caso é tornar visível socialmente à importância da cultura africana no decorrer da formação étnica brasileira. É fixar na sociedade a reflexão histórica a respeito da significância da influência africana na formação dos pilares étnico-sociais do país. Este exercício social passou a ser defendido tardiamente no Brasil, devido não somente a grande extensão territorial, mas principalmente pela indiferença intencional oferecida a esta questão (GUEDES, NUNES e ANDRADE, 2013)"

As discussões sobre as relações raciais apontam a inserção das crianças negras não somente no aspecto do acesso e permanência educação, mas também a garantia da socialização e equidade dessa criança nos cenários educacional e social. Na escola aspectos como tratamentos igualitários ou diferenciados para com as crianças negras, perpassam por representações sociais oriundas do ambiente escolar e do meio social que as instituições de ensino se situam, tendo em vista que “[...] as crianças apresentam características individuais que se somam as características do coletivo de que fazem parte” (Romão, 2001).

Segundo Santos (2014) uma das primeiras reivindicações feitas pelos negros foi o acesso à educação para as crianças filhos de ex-escravos tendo como intuito proporcionar-lhes um futuro digno e com mais oportunidades que contraponha a discriminação e racismo configurados naquele momento.

Contudo, essa necessidade não foi suprida rapidamente. Inicialmente, o ensino era oferecido aos estudantes negros em casas ou em locais em que havia professores que se identificavam com a causa, que por vezes eram perseguidos pelo governo da época para fecharem suas escolas de educação primária, caso não prestassem o exame de habilidades (Santos, 2014).

O desenvolvimento de práticas educativas e sociais antirracistas elaboram novas representações sociais sobre os negros, os afrodescendentes, a sociedade nacional e o continente africano. Ao qual contribuí significativamente para o campo educacional, “[...] na promoção de uma prática pedagógica que promova a manifestação de atitudes positivas no trato com as questões da diversidade étnico-racial” (Costa, 2013, p. 104).

Atualmente, existem diversas coletivas, entidades não governamentais e movimentos sociais que lutam contra o poder público, não apenas para punir as diferentes manifestações de racismo, mas também para resistir à implementação de estratégias públicas que incluam ações afirmativas para promover a igualdade racial (Domingues, 2007).

A inclusão da história africana e afro-brasileira no currículo escolar pode contribuir para que todas/os as/os estudantes construam uma nova visão do outro e de si mesmas/os, ao compreenderem a história de luta e resistência dos/as negros/as e adquirirem conhecimentos sobre a África e o Brasil. Isso os/as levará a adotar novas atitudes e a assumir uma postura antirracista (Gomes, 2012).

Apesar de toda a inclusão da história africana e afro-brasileira nas escolas, por um grande período essas histórias eram passadas por uma versão contada pelos brancos. Como o rapper César MC retrata em um dos seus versos na música “favela vive 4” que diz “é literatura branca me ensinando a ser preto”, que diz muito sobre como a história dos antepassados eram retratadas.

Toda uma questão de identidade vem sendo inserida atualmente nas escolas, sejam elas no contexto social, cultural ou político, todas voltadas para a essência de ser negro. Ainda assim, esse percurso histórico de construção e reconstrução histórica mantém relação com as diferenças que possibilitam aos grupos estabelecer suas referências de pertencimento e reconhecimento positivo. (Fernandes; Souza, 2016).

De acordo com Ciconello (2007), em qualquer situação, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições organizadas.

2.2. RACISMO NA SOCIEDADE

Vivemos num mundo marcado por tensões. A classificação racial das sociedades como instrumento de produção de desigualdades é uma expressão dessas tensões que cada vez mais ganha à esfera pública (Oliveira 2020)

Com o racismo ganhando a visibilidade necessária e realmente mostrando que é crime, podemos ver que não está sendo mais um tabu a se quebrar, é necessário a importância dessas falas sobre o assunto em todos os lugares possíveis, todos os dias casos de racismo são viralizados, esses casos geram revoltas e protestos como o de George Floyd em 2020 que gerou grande repercussão mas todos os dias em todos os lugares pessoas sofrem racismo e não sabem como reagir, qual local procurar e quais seus direitos.

O Brasil segundo a AGÊNCIA BRASIL é o 11º país com mais índice de escravidão em ranking mundial, com isso podemos notar que mesmo sendo o um dos países com a maior população negra ainda está sujeito a algo tão ruim como isso.

O rapper Djonga em um verso de uma música chamada "UFA" diz que: "minhas amigas do peito são minhas correntes, já foram inimigas da perna". Mas uma vez fazendo referência ao racismo e a escravidão, mas mostrando que por outro lado, apesar de toda a luta diária alguns negros conseguem chegar ao topo, principalmente com a música arte.

Não tem nada que realmente justifique esse racismo enraizado na nossa sociedade, são apenas características de uma pessoa negra que acaba ocasionando todo esse transtorno. Como observa Guimarães (2009), "não há nada espontaneamente visível na cor da pele, no formato do nariz, na espessura dos lábios ou dos cabelos, ou mais fácil de ser discriminado nesses traços do que em outros, como o tamanho dos pés, a altura, a cor dos olhos ou a largura dos ombros" apenas essas características, levam a pessoa negra a ser tratada de maneira diferente.

"Um luto coletivo, político, que reconhece que todas as vidas são viáveis e importantes, por isso, devem ser choradas, igualmente. É necessário chorar e se indignar pelas crianças que tiveram suas vidas ceifadas pelo racismo e pela insegurança pública. Choramos e nos indignamos por todas elas. Um choro político que mistura dor, indignação, denúncia e resistência." (GOMES; TEODORO, 2020).

Na história dos últimos 135 anos da sociedade brasileira, as cidades do Brasil, de modo geral, foram fundadas com os valores e influências das culturas africana, afro-brasileira, indígena e branca dos colonizadores, desde a base territorial até os aspectos subjetivos e mentais (Oliveira, 2023).

Essas influências culturais africanas e afro-brasileiras trouxeram consigo traços racistas muito fortes, que foram perpetuados ao longo do tempo. Nesse sentido, acreditamos que não basta apenas ser negro. É necessário estar atento e produzir um

discurso epistêmico que esteja alinhado com as necessidades sociais das pessoas negras e da população brasileira (Oliveira, 2023).

O Brasil foi o último país do Ocidente a abolir a escravidão (Menezes, 2009). Isso evidencia que o racismo ainda é extremamente presente no país, resultando em milhares de mortes todos os anos, principalmente em ações policiais. De acordo com a Agência Brasil, a cada 100 pessoas mortas pela polícia, 65 eram negras. Esses dados demonstram que o racismo ainda está presente até mesmo naquilo que deveria ser a nossa segurança.

É perceptível que na sociedade brasileira ainda existem diversos tipos de preconceito contra as pessoas negras. Exemplos dessas manifestações podem ser observados diariamente nas mídias sociais, mas isso é reflexo dos mais de 300 anos de escravidão presentes na história do Brasil.

Segundo Santos Filho (2016), toda a discriminação enraizada contra os negros no Brasil ao longo de meio milênio é reflexo dessa escravidão e dos abusos que os portugueses infligiram aos africanos. Além de terem suas famílias desestruturadas, serem forçados a trabalhar 16 horas por dia e não terem acesso a uma alimentação adequada em termos de nutrientes, os negros frequentemente sofriam agressões físicas e psicológicas dos senhores e dos empregadores. Além disso, as mulheres negras eram frequentemente vítimas de abuso e violência sexual, e muitas vezes tinham filhos com seus patrões, que acabavam sendo escravizados também.

Após a abolição da escravidão os ex escravizados negros não foram reconhecidos como cidadãos livres brasileiros por parte da sociedade, por mais que por lei eles eram livres, assim, continuaram tendo um tratamento desumano e de certa forma exploratório por mais alguns anos após a abolição (Fernandes, 2007). Sem projeto de pré-socialização para esses ex escravos, fez com que eles ficassem à mercê da sociedade para essa inclusão tanto social, quanto econômica. Assim fazendo com que as pessoas negras ainda fossem muito exploradas.

A falta de políticas para inserção do negro na sociedade fez com que o racismo estrutural ficasse ainda mais evidente no Brasil, fazendo com que a desigualdade entre as raças se fixasse ainda mais nas diferenças biológicas dos seres humanos (Guimarães, 2009). Isso fazendo com que os negros e até mesmo os mestiços fossem vistos como um problema biológico, acentuando as diferenças de tratamento entre os mesmos.

De acordo com SILVA, 2019, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, ao focarmos as relações entre os termos “raça” e “racismo”, temos que o racismo

seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas, suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais.

Por conta do alto índice de pessoas indígenas, pretas e mestiças, surgiu uma teoria de fazer um embranquecimento da população, seguindo ideias racistas europeias, pois consideravam que esse alto índice de miscigenação racial fizesse uma sociedade mais frágil (Schwarcz, 2009). Ou seja, cada vez que aumentasse a número de pessoas que não fossem brancas teria uma ideia de uma população fraca, deixando evidente o racismo inserido na sociedade, de que somente o branco seria capaz de fortalecer toda essa sociedade.

Em toda a história de nosso país, negros e sociedade como um todo quiseram minimizar a realidade do trauma na vida do negro. Isso tem sido fácil a qualquer um que se concentra nos assuntos relativos à sobrevivência material e vê sua privação como a razão principal da continuidade de nosso caráter coletivo de subordinação, em vez de se situar no tema do trauma e recuperar nossas pautas (Hooks, 2003). Assim fica evidente que em certos momentos as pessoas negras acabam se limitando por conta de ideias de uma sociedade que sempre tentou diminuir os negros.

Com toda essa miscigenação, ficava cada vez mais difícil manter esse racismo de forma abrupta, mesmo assim quem tinha a pele mais clara se sobressaía perante a sociedade, era visto com bons olhos, um cidadão mais adequado. Ou seja, quanto mais claro você fosse, mais perto do poder você estaria (Gonzalez, 1988).

Todas essas questões de racismo podem ser ocasionadas até mesmo por medo, que Fanon (2008) chama de negrofobia, medo irracional, mórbido e até mesmo violento por pessoas negras. Com isso causando várias formas de racismo no cotidiano dessas pessoas.

2.3. REPRESENTATIVIDADE RACIAL

A representatividade racial e o combate ao racismo são temas de extrema importância na sociedade atual. O racismo, como evidenciado por Fanon (2008), possui efeitos profundos na psique das pessoas negras, levando-as a sentirem-se inferiores em relação às pessoas brancas e alimentando o desejo de embranquecer. Nesse contexto, a representatividade racial emerge como uma ferramenta fundamental para desafiar e combater os estereótipos negativos e promover a valorização da diversidade étnico-racial. Este parágrafo introdutório busca explorar a relevância desses temas, destacando a

necessidade de promover uma sociedade mais inclusiva e igualitária, onde todas as pessoas possam ter suas vozes e identidades representadas e respeitadas.

Além disso, Arendt (2011) aborda o conceito de autoridade, que, assim como a tradição, fundamenta a estrutura educacional. A autoridade é uma necessidade natural do ser humano, com uma natureza simples e elementar, mas seu verdadeiro significado se perdeu devido a essa simplicidade. Arendt argumenta que a autoridade está sempre ligada à obediência, mas muitas vezes é confundida, pois as pessoas acreditam que a autoridade é exercida por meio de força e violência. No entanto, o uso de força e violência para impor autoridade resulta no autoritarismo e no fracasso da própria autoridade. Outro aspecto que se confunde com autoridade é a persuasão, onde a obediência pode ser conquistada por meio de argumentação, permitindo a suspensão da autoridade.

Jodelet (2001) aponta que, no campo das representações sociais, é necessário saber o que vemos e sentimos no mundo que nos cerca, ajustando, conduzindo e localizando no plano físico e intelectual.

Para Corrêa, 2018. As representações sociais construídas ao decorrer dos séculos no Brasil é um dos determinantes para a promulgação da Lei nº 10.639/2003, a qual confere um novo olhar sobre o negro na educação brasileira, um enfrentamento a carga negativa historicamente construída, uma luta contra a imagem de marginalização do negro em relação à educação, política, literatura, economia, dentre outras dimensões de desenvolvimento social. Silva (2005) enfatiza que devemos perceber na educação os modos de ser, viver, organizar suas lutas, próprias dos negros brasileiros, perpendicular às marcas da cultura africana que fazem parte de nosso cotidiano, independente da origem étnico-racial.

A representatividade negra tem ganhado visibilidade nos últimos anos, revelando a persistência do racismo estrutural em nossa sociedade (Almeida, 2019). Apesar dos avanços, é importante reconhecer que ainda existem muitas questões a serem abordadas para promover uma representatividade mais ampla e justa.

Embora a representatividade negra esteja se expandindo nos meios de comunicação, é comum que a mídia reforce a norma branca, estabelecendo o branco como o "ideal" em termos de representação, estética e comportamento (Santos, 2019). Portanto, mesmo com o aumento da visibilidade dos negros, parte da mídia ainda perpetua a ideia de branquitude.

É equivocado acreditar que a luta contra o racismo seja responsabilidade exclusiva de indivíduos negros em posições de destaque. Embora seja encorajador ver

peessoas negras ocupando cargos importantes na sociedade, o racismo ainda está presente e longe de ser eliminado (Almeida, 2018).

A educação desempenha um papel fundamental no combate à discriminação racial, porém, um dos desafios é envolver tanto os negros quanto as pessoas não negras na promoção da igualdade racial (Cavalleiro, 2000). Muitas vezes, pessoas que não vivenciam diretamente a discriminação podem não se importar com a causa, negligenciando sua importância.

Espaços e lugares na sociedade. Trata-se de um movimento que não se reporta de forma romântica à relação entre os negros brasileiros, a ancestralidade africana e o continente africano da atualidade, mas reconhece os vínculos históricos, políticos e culturais dessa relação, compreendendo-a como integrante da complexa diáspora africana. Portanto, não basta apenas valorizar a presença e a participação dos negros na história, na cultura e louvar a ancestralidade negra e africana para que um coletivo seja considerado como movimento negro. É preciso que nas ações desse coletivo se faça presente e de forma explícita uma postura política de combate ao racismo. Postura essa, que não nega os possíveis enfrentamentos no contexto de uma sociedade hierarquizada, patriarcal, capitalista, LGBTfóbica e racista (Gomes, 2017).

3.METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

Essa pesquisa possui uma abordagem qualitativa. De acordo com o autor Medeiros (2012) para que uma pesquisa qualitativa se desenvolva é necessário uma sustentação teórica competente e rigor metodológico, mas a criatividade do pesquisador deve se fazer presente em todo o processo da pesquisa. Em outras palavras, embora o pesquisador qualitativo deva sustentar a pesquisa por referenciais teóricos e metodológicos que norteiem todo o processo de estudo é imprescindível cuidar para que a técnica não prevaleça no processo da pesquisa como um todo, abrindo espaço para a criatividade acompanhá-lo ao longo de toda a pesquisa.

3.2 NIVEL DA PESQUISA

Este estudo é considerado exploratória-descritivo, pois, caracteriza-se pelo mapeamento e pela descrição de um relato de experiência de práticas pedagógicas antirracistas realizadas em uma turma de ensino de jovens e adultos de 1.^a etapa de uma escola pública.

3.3 RELATO DE EXPERIÊNCIA (RE)

Ao considerar o RE como expressão escrita de vivências, capaz de contribuir na produção de conhecimentos das mais variadas temáticas, é reconhecida a importância de discussão sobre o conhecimento. O conhecimento humano está interligado ao saber escolarizado e aprendizagens advindas das experiências socioculturais. O seu registro por meio da escrita é uma relevante possibilidade para que a sociedade acesse e compreenda questões acerca de vários assuntos, sobretudo pelo meio virtual, uma vez que o contexto contemporâneo informatizado possibilita isso. Deste modo, o conhecimento tem como objetivo a formação dos sujeitos na própria (Córdula; Nascimento, 2018)

Diante disso pode-se perceber que o impacto causado na mente dos discentes com a temática abordada foi de certa forma positiva e de extrema importância para o crescimento pessoal e a construção do perfil profissional dos mesmos. Tendo em vista que essa foi a primeira experiência dos acadêmicos com a realidade da modalidade dentro do ensino educacional de jovens e adultos.

3.4 PÚBLICO-ALVO

O público-alvo desta pesquisa é composto por jovens e adultos de ambos os sexos, abrangendo uma ampla faixa etária. São pessoas de baixa renda que possuem o ensino fundamental incompleto, ou seja, que não concluíram todos os anos dessa etapa da educação.

3.5 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no município de Tucuruí, localizado no estado do Pará, na região Norte do Brasil. O estudo foi conduzido em uma escola de educação básica que oferece a modalidade de ensino de jovens e adultos (EJA). Essa modalidade de ensino é voltada para pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade regular e desejam retomar sua educação. A escola está situada na Av. Perimetral - COHAB, em Tucuruí - PA, o que a torna facilmente acessível para os participantes da pesquisa.

3.6 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

Para realizarmos a pesquisa, optamos por conduzir uma palestra com alunos e professores de uma única turma da primeira etapa do EJA. Essa turma contava com um

total de 23 participantes, incluindo os professores. A faixa etária dos participantes variava entre 16 e 60 anos.

Após a palestra, promovemos uma dinâmica que consistia em fazer perguntas relacionadas ao conteúdo abordado na palestra. As perguntas foram sorteadas pelos próprios alunos, com o objetivo de compreender o nível de compreensão e assimilação das informações transmitidas durante a palestra.

Os critérios de inclusão estabelecidos foram a participação apenas dos alunos matriculados regularmente na primeira etapa do EJA na instituição, bem como os professores que lecionavam para essa turma específica. Quanto aos critérios de exclusão, decidimos não incluir na pesquisa alunos de outras etapas do EJA ou de outras instituições, focando exclusivamente na turma em estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta os resultados e a discussão dos temas abordados durante uma roda de conversa, que contou com a participação de sete indivíduos. Durante esse encontro, foram exploradas questões sensíveis relacionadas ao racismo e à representatividade negra na mídia. Um dos momentos marcantes da discussão foi o relato da participante Aluna 1, que compartilhou experiências pessoais de racismo vivenciadas durante sua infância. Em seu relato, ela destacou agressões e uma situação de escravidão impostas por seu próprio pai. Essas revelações levantaram importantes reflexões e debates sobre as persistências do racismo na sociedade e a necessidade de combater essas práticas discriminatórias.

Apesar do sofrimento, ressaltou que essas experiências não a definem e expressou sua felicidade, fundamentando-se em uma visão positiva de sua identidade. “Pesquisar as culturas infantis e os marcadores sociais de raça, gênero e classe que se interseccionam exige uma desconstrução contínua e abertura para pensar a respeito dos racismos, dos moralismos, do sexismo, da desigualdade de classe que forjam processos de diferenciação para justificar as desigualdades. (Santiago, 2021)”

A **diversidade racial** nas relações familiares também foi mencionada, quando Aluno 3 descreveu a cor de seus pais e bisavó, enfatizando a multiplicidade de tons em sua família. Aluno 4, ao se referir aos professores como "branco falso", possivelmente aponta para uma percepção de autenticidade racial nas relações educacionais.

A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las (GOMES, 2002, p. 39).

“... a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade, justa, igual, equânime...” (Brasil, 2004, p.6)

A questão da aceitação e repúdio ao racismo foi enfatizada por Prof 2, que **negou a legitimidade do racismo** nos tempos atuais, incentivando a busca por direitos em situações ofensivas. Essa postura contrária ao preconceito reflete uma atitude de resistência.

Para Almeida (2019) no Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo que estava a seu alcance”.

A concepção individualista, por ser frágil e limitada, tem sido a base de análises sobre o racismo absolutamente carentes de história e de reflexão sobre seus efeitos concretos. É uma concepção que insiste em flutuar sobre uma fraseologia moralista inconsequente -“racismo é errado”, “somos todos humanos”, “como se pode ser racista em pleno século XXI?”, “tenho amigos negros”, etc -e uma obsessão pela legalidade.(Almeida, 2019,)

Na esfera midiática, Prof 3 e Aluno 5 apresentaram referências de personalidades negras, como Gilberto Gil, Péricles, Alcione, Tiaguinho e Maju Coutinho, destacando a importância de **representatividade negra** na mídia.

A negritude pode transcender a biologia e se refere a algo mais profundo, mais necessariamente a uma soma de experiências vividas que acabam por determinar e caracterizar uma das condições humanas”. Essas experiências podem marcar a vida dos indivíduos, ao hierarquizar, descriminalizar e excluí-los Aimé, césaire (2010).

Ao descrever a textura do cabelo (Aluno 6) e a cor da pele (Aluno 7), observamos uma expressão mais informal e pessoal sobre características físicas, que, por vezes, são alvo de estereótipos e preconceitos.

Identidade racial/étnica é o sentimento de pertencimento a um grupo racial ou étnico, decorrente de construção social, cultural e política. Ou seja, tem a ver com a história de vida (socialização/educação) e a consciência adquirida diante das prescrições

sociais raciais ou étnicas, racistas ou não, de uma dada cultura. Assumir a identidade racial negra em um país como o Brasil é um processo extremamente difícil e doloroso, considerando-se que os modelos "bons", "positivos" e de "sucesso" de identidades negras não são muitos e poucos divulgados e o respeito à diferença em meio à diversidade de identidades raciais/étnicas inexistente. Desconheço estudos brasileiros consistentes sobre identidade racial/étnica. (Oliveira, 2008)

Essa roda de conversa evidenciou a complexidade e a variedade de experiências, percepções e opiniões sobre racismo e representatividade negra, revelando a importância de abordar tais questões para promover uma sociedade mais inclusiva e justa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange este artigo, que visa analisar a compreensão da temática abordada e busca promover ainda mais as discussões sobre racismo e antirracismo no ambiente escolar, tendo em vista que a sociedade Brasileira é fundamentada em bases racistas até os dias atuais. Onde por vezes falas e comportamentos racistas, são mascarados por resquícios de uma cultura colonizadora, estando presente também nas escolas em uma forma velada de afunilar e distorcer o conhecimento histórico, observa-se a importância da criação de leis como a lei nº 10639/2003, que busca assegurar o ensino da história afro-brasileira e africana.

Diante das falas dos alunos percebe-se a necessidade de que ações deste cunho devem estar presentes em todos os níveis da educação, com o intuito de germinar o conhecimento a respeito desta pauta tão importante, e fazer com que o indivíduo tenha um conhecimento sobre si próprio e de suas origens.

Nota-se que existem inúmeras formas de aprendizagem sobre o tema na qual podem ser passadas no âmbito escolar, nós como pesquisadores escolhemos a melhor estratégia após observar o ambiente que íamos estar, e com isso conseguimos ter êxito na construção desse trabalho.

Por fim, depois de destrinchar sobre os assuntos referentes ao racismo em algumas das suas vertentes, concluímos que todas essas atividades podem e devem ser repassadas em todos os âmbitos da educação. Assim, podendo criar uma sociedade mais moderna deixando pra trás tudo que foi imposto pelo racismo estrutural ainda muito presente no nosso cotidiano.

REFERÊNCIAS

Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2004a.

ALMEIDA, F. S.; SOUZA, A. M. R.; GIORGI, M. C. Práticas antirracistas na formação docente: rupturas epistemológicas e produção de subjetividades em discursos acadêmicos discentes. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 22, p. 277-295, 2022.

ALMEIDA, Mariléa de. **Território de afetos: Práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro**. 302 f. 2018. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História)–Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

BATISTA BARROS, Tainara; DE CÁSSIA DE SOUZA, Rita; EUCLIDES, Maria Simone. O estado da arte das pesquisas sobre antirracismo na Educação Infantil (2013-2021). **Revista Práxis Educativa**, v. 17, 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes

CARNEIRO, Carolina Zolin; DE OLIVEIRA RUSSO, Maria José. A criança negra e a representatividade racial na escola. **Cadernos de Educação**, v. 19, n. 38, p. 105-126, 2020.

CORRÊA, A. M. do R.; AMORIM DOS SANTOS, R. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE CRIANÇAS NEGRAS NO CONTEXTO ESCOLAR. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 10, n. Ed. Especi, p. 693–720, 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/438>. Acesso em: 29 dez. 2023. Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura

DA ROSA, Geraldo Antônio; MORAES, Denise Machado; DO NASCIMENTO JUNIOR, Vamberto Marinho. Educação antirracista na perspectiva decolonial: no cenário contemporâneo: Anti-racist education in the decolonial perspective: in the contemporary scenario. **Revista Cocar**, v. 17, n. 35, 2022.

DA SILVA CAVALCANTE, Nélia Aparecida. Racismo e infância: intersecções de raça, classe social, gênero e idade na creche. **Zero-a-seis**, v. 23, p. 342-352, 2021.

DE JESUS FERREIRA, Aparecida. Teoria Racial Crítica e Letramento Racial Crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 6, n. 14, p. 236-263, 2014.

DE JESUS, Victor; DA PENHA, Sonia Rodrigues. O DISCURSO DO LIXO: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA E SOCIOPOLÍTICA DOS MECANISMOS SIMBÓLICOS DO RACISMO BRASILEIRO: un análisis psicoanalítico y sociopolítico de los mecanismos simbólicos del racismo brasileño. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 16, n. Edição Especial, 2023.

OLIVEIRA, R. J. Cidades negras e saúde mental: resenha do livro *Psicanálise infantil e racismo: saúde nas relações étnico-raciais*. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 16, n. Edição Especial, 2023.

DIALLO, Cíntia Santos; LIMA, Cláudia Araújo de. História dos afro-brasileiros, africanos e a educação antirracista: o olhar das/os professoras/es das licenciaturas. **Educação e Pesquisa**, v. 48, 2022.

DIALLO, Cíntia Santos; LIMA, Cláudia Araújo de. História dos afro-brasileiros, africanos e a educação antirracista: o olhar das/os professoras/es das licenciaturas. **Educação e Pesquisa**, v. 48, 2022.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

FANON, F. **Pele negra, máscara branca**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, F. **O Negro no Mundo dos Brancos**. Global Editora, 2007.

FERNANDES, Pablo Moreno. Racismo e invisibilização: Representatividade negra em anúncios de revista. In: **E-Compós**. 2022.

FERNANDES, Pablo Moreno. Racismo e invisibilização: Representatividade negra em anúncios de revista. In: **E-Compós**. 2022.

FERNANDES, Viviane Barboza; SOUZA, Maria Cecília Cortez.
GOMES, N. L. POR UMA INDIGNAÇÃO ANTIRRACISTA E DIASPÓRICA: NEGRITUDE E AFROBRASILIDADE EM TEMPOS DE INCERTEZAS. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 10, n. 26, p. 111–124, 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/642>. Acesso em: 29 dez. 2023.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, (92-93), 69-82. 1988.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

LIMA, A. B. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 63, p. 103-120, abr. 2016.

LIMA, A. B. O racismo nosso de cada dia: contradições de uma sociedade que se apresenta racialmente democrática. **Athena digital: revista de pensamento e investigação social**, v. 21, n. 1, p. 0013, 2021.

MEDEIROS, Marcelo. Pesquisas de abordagem qualitativa. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 14, n. 2, p. 224-9, 2012.

MENEZES, J. M. F. Abolição no Brasil: a construção da liberdade. *Histedbr On-line*, Campinas, n. 36, p. 83-104, dez. 2009.

MOURA, R. S.; ROCHA, F. R. L. da. O PROGRAMA LEIA PARA UMA CRIANÇA : UMA FERRAMENTA PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 91–105, 2023. DOI: 10.29327/269579.6.1-10. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/6512>. Acesso em: 18 jan. 2024.

NUNES, Sandra Maria Maciel; LASTÓRIA, Andrea Coelho. Educação Étnico-racial: movimento negro e a implementação da Lei 10.639/2003 em um município paulista: Ethnic-racial education: black movement and the implementation of Law 10.639/2003 in a county in São Paulo. **Revista Cocar**, v. 16, n. 34, 2022.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos avançados**, v. 18, p. 57-60, 2004.

PEREIRA TAVARES, O. A POTÊNCIA DA REPRESENTATIVIDADE DE UMA ARIEL NEGRA: A CORPOREIDADE NEGRA COMO TERRITÓRIOS DE DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 293–316, 2022. DOI: 10.14295/de.v9i2.13609. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/13609>. Acesso em: 19 jan. 2024. *Revista Tempo Brasileiro*, 92/93, pp. 69-82

RIOS, A. M.; MATTOS, H. M. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *TOPOI*, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan.-jun. 2004.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. Companhia das Letras, 2009.

SILVA, J. dos S.; MARTA, F. E. F.; SOLER, I. P. S. “VIAM A GENTE ASSIM (...), OS NEGUINHOS”: MEMÓRIAS DO RACISMO DURANTE A DISSEMINAÇÃO DA CAPOEIRA EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA (1950-1970). **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 11, n. 28, p.283–309, 2019. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/630>. Acesso em: 29 dez. 2023.

SOUZA, A. Alunos negros e de renda baixa são maioria nas universidades federais. *O Globo Sociedade*, on-line, 17 mai. 2019. Disponível em: <<https://glo.bo/2HZFY1A>>. Acesso em: 7 jun. 2019

VERONELLI, Gabriela Alejandra; DAITCH, Silvana Leticia. Sobre a colonialidade da linguagem. **Revista X**, v. 16, n. 1, p. 80-100, 2021.